

Dossiê

#64

# PEQUENA *memória* PARA UM TEMPO *sem* MEMÓRIA:

1964–2024

8

60  
anos

Golpe militar



S PELA  
MEDIAN

FALAR A  
PROFISSÃO  
POR ISSO

1964 – 2024

**Pequena  
*memória*  
para um tempo  
*sem* memória:**



**60  
anos**

**Golpe militar do Brasil**

## Autores

Wesley Sousa  
Felipe Aiello  
Nathalia Colli  
Stefany Taglialatella  
Lucas Paolillo  
Caio Marques Pessanha  
Cláudio R. Duarte  
Anderson Piva  
André Luiz B. Silva  
Ana Clara Vieira  
Gabriela Bruschini Grecca  
Rafael B. Vieira

## Edição

Dossiê #64

## Publicação

Zero à Esquerda

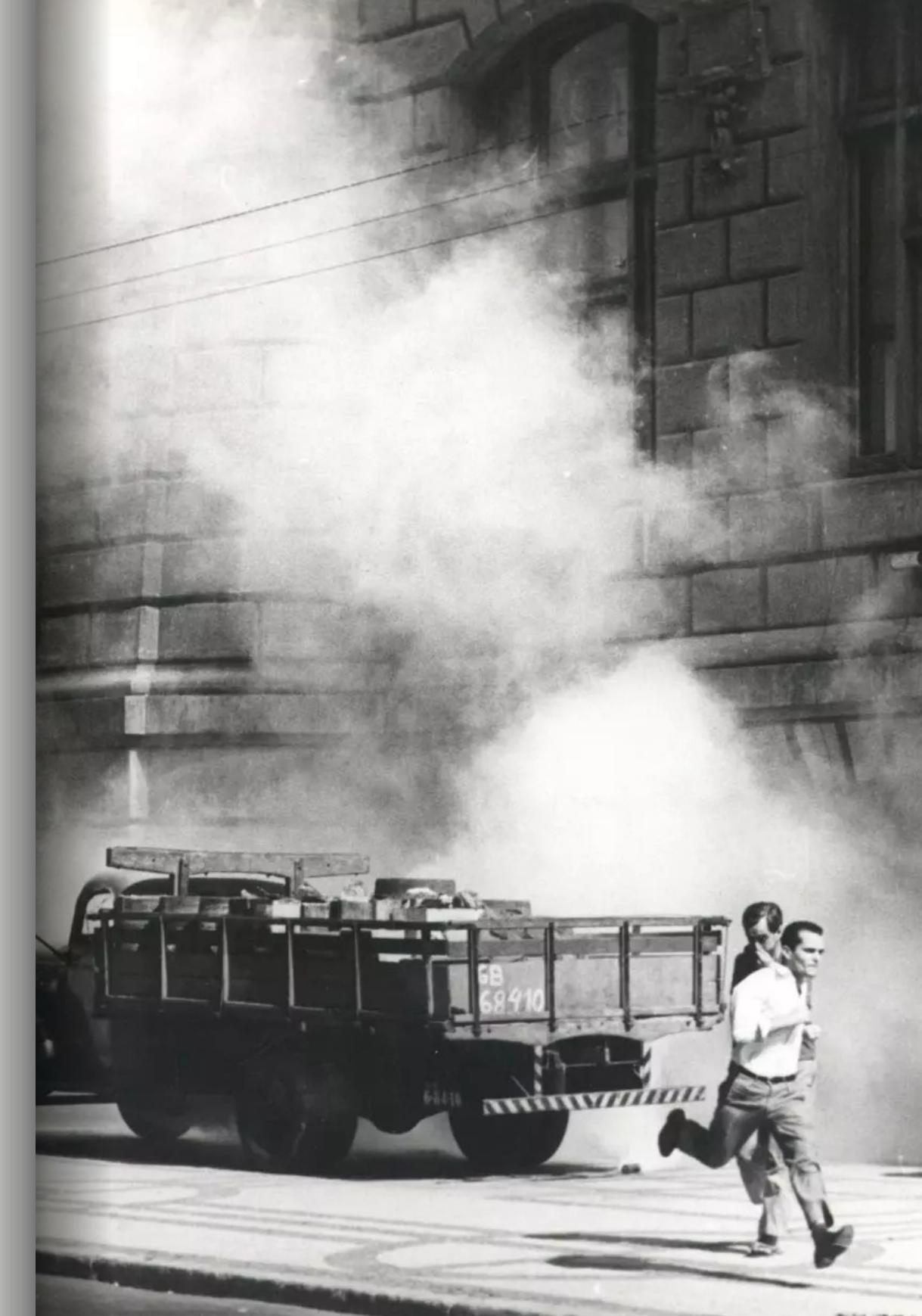
## Design Editorial

Teresa Zagalo

## Assistente Editorial

Ricardo Menezes

2025



13 Apresentação

31 Resenhas

33 As voltas da manivela: Luiz Salinas Fortes e a universalidade do repressivo

Nathalia Colli

55 O Lento, o Gradual e Relativo Strip-tease do Zé Fusquinha

Stefany Taglialatella

67 *Agora estou por fora:* Belchior e as desventuras da Transição

Lucas Paolillo

93 No retrovisor do Impala, 25 anos de *Os detetives selvagens*

Caio Marques Pessanha

113 Memórias de chumbo: Sobre *Anos de Chumbo*, de Chico Buarque

Cláudio R. Duarte

145 Literatura

149 *Meu nome é Lubbert Das*  
Anderson Piva

159 *Os cavalos de Figueiredo*  
André Luiz B. Silva

165 Artigos

169 Notas sobre uma narrativa distópica:  
*Um dia vamos rir disso tudo* (1976), de  
Maria Alice Barroso  
Ana Clara Vieira  
& Gabriela Bruschini Grecca

199 Sobre a não-dialética nos estudos sobre as universidades após o golpe de 1964  
Rafael B. Vieira

219 Bibliografia



# Apresentação

Felipe Aiello  
Wesley Sousa

Dossiê #64



fig. 1

"Tanques do Exército ocupam o centro do Rio de Janeiro em 2 de abril de 1964". Arquivo Nacional, retirado de *Memória da ditadura* (à esq.).

1

AB'SÁBER, Tales. Brasil, a ausência significante política (uma comunicação). In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 187-202

2

ARANTES, Paulo Eduardo. "1964". IN: *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

Passados 60 anos do golpe militar de 1964, a questão “o que resta da ditadura?”, em vista dos acontecimentos recentes, foi solapada pela iminência das bombas-relógio desse tempo de 64, em cuja feição cadavérica tivemos o infortúnio de ver quase delinear. É como se a resposta de Tales Ab'saber<sup>1</sup>, de que resta da ditadura “simplesmente tudo”, “tudo menos, a Ditadura, é claro”, tivesse se espalhado como certeza patente de que os fantasmas e demais representantes do tempo de 1964 vivem entre nós, e pior, estão reagindo. Vemos assim, que esse tempo passou mas não passou. É o caso de passarmos diretamente às vias de acusação do golpe, isto é, do passo histórico que esse problemão chamado Brasil deu em direção às práticas de terror modernizantes que fizeram brotar uma das mais sociopatas vidas sociais insociáveis.

Para falar na língua das catástrofes ambientais, como quem perdeu o bonde: o golpe militar de 1964 constitui um ponto de não retorno. Uma vez dado o passo histórico, como diz Paulo Arantes<sup>2</sup>, não há mais volta. O passo histórico foi o de conjugar na mesma sala, Estado, setores privados e públicos da indústria, que nas suas tramoias movidas a força das armas e dinheiro no chapéu, produziram o poder de

fazer morrer, enlouquecer, desaparecer<sup>3</sup> —*a emergência da sala de tortura*. O solo a partir do qual se poderia cultivar um desejo de uma sociedade brasileira, não aquela da escravidão, do latifúndio, dos privilégios e favores, mas uma outra, colapsou.

O Brasil foi um dos únicos países da América Latina que não julgou os crimes cometidos pelos seus próprios militares e demais perpetradores da ditadura. Ainda que tenhamos tido uma Comissão da Verdade que investigou os meandros das torturas, campos de morte na figura das *Casas da Morte*, extermínio de povos indígenas dentre tantos outros crimes, ela chegou tarde, apesar de sua importância. Restou o esquecimento, nesse corpo social fraturado por um pacto de anistia aos seus algozes. Naturalizamos a violência derivada daquele passo histórico, ao ponto que ela se faz ver por todos os lados, como é o caso de termos uma polícia que mata e tortura mais que nos tempos tenebrosos da ditadura. A ditadura se foi para que ela pudesse ficar.

Ocorre que, esse esquecimento é unilateral, como mostrou Maria Rita Kehl. As vítimas dos torturadores quiseram elaborar publicamente o seu sofrimento e o fizeram. O problema é que do lado dos torturadores, dos médicos, militares e demais

<sup>3</sup> Ver a esse respeito a obra de CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. Tradução de Fernando Correa Prado. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2013.

<sup>4</sup> KEHL, Maria Rita. "Tortura e sintoma social". IN: O que resta da ditadura: a exceção brasileira. Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). - São Paulo: Boitempo, 2010, p.128.

<sup>5</sup> SCHWARZ, Roberto. "Cultura e política (1964-1969)". IN: As ideias fora do lugar e outros ensaios. Cia das Letras, 2014., p.8.

envolvidos, jornais, emissoras de televisão, mesmo empresas públicas e privadas, não se abriram para elaborar essa experiência no interior do social. O que nos faz pensar num verdadeiro trauma social. A certa altura de seu texto, Kehl coloca uma pergunta que nos é importante, já que estamos falando sobre memória, pergunta essa que tem de ser respondida novamente para os dias de hoje: "de que lado está o apagamento da memória que produz a repetição sintomática da violência institucional brasileira?"<sup>4</sup>.

Se lembrarmos do ensaio "Cultura e política, 1964-1969", publicado no livro "O pai de família e outros estudos" (1978), Roberto Schwarz elabora uma análise conjuntural, política e cultural do Brasil no período destacado. Segundo o autor, o "povo, na ocasião, mobilizado, mas sem armas e organização própria, assistiu passivamente à troca de governos"<sup>5</sup>, naquele fatídico ano de 1964. No âmbito das artes e da cultura, até o AI-5 em dezembro de 1968, pela qual emergia-se uma repressão cada vez mais endurecida pelos militares, mediante sicários do imperialismo e os apologistas do capitalismo, a questão era mais mediada. Nesse sentido, paradoxalmente, o autor argumenta também que "a intelectualidade de esquerda foi estudan-

do, ensinando, editando, filmando, falando, etc., e sem perceber contribuíram para a criação, no interior da pequena burguesia, de uma geração maciçamente anticapitalista”<sup>6</sup>. Embora restrita a nichos específicos, a produção cultural no Brasil não cessou, a despeito das censuras impostas, haviam modos e tipos de fazer burlá-la, até 1968.

É importante ressaltar que a ditadura militar fez escancarar as fissuras do país por via da repressão, perseguição daqueles e daquelas que, de algum modo, resistiam no ambiente intelectual predominantemente de esquerda na vida cultural e civil – sejam militando diretamente ou na absorção dos vernáculos:

*Durante esses anos, enquanto lamentava abundantemente o seu confinamento e a sua impotência, a intelectualidade de esquerda foi estudando, ensinando, editando, filmando, falando etc., e sem perceber contribuíram para a criação, no interior da pequena burguesia, de uma geração maciçamente anticapitalista.*<sup>7</sup>

É sintomático como os argumentos de Schwarz apontem as circunstâncias objetivas do país que puseram muitas pessoas de “uma fração da intelectualidade contrária à ditadura, ao imperialismo e ao capital [...] dedicar-se a revolução, e a

fig. 13  
Berimbau. Brasil.

<sup>6</sup>  
Ibidem, p.9.

fig. 2  
Berimbau, Brasil.



<sup>7</sup>  
Ibidem, p.9.

<sup>8</sup>  
Ibidem, p.44.

parte restante, sem mudar de opinião, fecha a boca, trabalha, luta em esfera restrita e espera por tempos melhores”<sup>8</sup>.

No atual contexto que estamos inseridos, se apresentam as mais diversas apreciações imediatas e rasas apreensão dos nexos culturais e da gênese estrutural do capitalismo periférico, cujas afeições imediatas ao problema jogaram à espreita da própria conformação e a modernização conservadora/reacionária do Brasil. Com isso, a condição periférica exige um esforço

de reflexão nas instâncias da vida social no Brasil, ou seja, sua gênese e função no mosaico das ideologias e das formas econômicas vigentes; o que permitirá, por outro lado, avançar e colocar as questões de nosso tempo em seus próprios termos: a reflexão sobre os vínculos entre crítica e a realidade que reverbera no campo da arte e da cultura, como momentos de uma reprodução social (as formas ideológicas superiores)<sup>9</sup>.

Fazer esse giro histórico significa fazer um paralelo, no plano político e cultural, entre o ambiente da cena 2018-2022, durante o período Bolsonaro, por exemplo, em que se deram o levante de pautas do pensamento conservador/reacionário, estavam à espreita no século XX e que voltaram ao palanque da política. No caso do período mais recente, os debates acerca de pautas como o porte de armas, a criminalização do aborto, o “Escola Sem Partido”, a “ideologia de gênero”, o fantasma do “comunismo”, dentre outros “fantasmas” foram utilizados como ferramenta de compensação por uma coalização de direita (e seus diversos espectros) que enquanto proclamavam esses absurdos, forjavam a base que conferia certa estabilidade ao governo<sup>10</sup>. No entanto, as classes populares sofrendo com a incapacidade do governo de lidar com a agenda econômica – e no

<sup>9</sup>  
LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. Vol. II. Boitempo, 2013.

<sup>10</sup>  
O Brasil no barco de Caronte. Disponível no site "Acervo Crítico".

<sup>11</sup>  
Atos de torcidas contra Bolsonaro: o que levou as organizadas às ruas contra o presidente durante a pandemia. Disponível no site "BBC News Brasil".

<sup>12</sup>  
Ditaduras cívico-militares – o que resta delas?. Disponível no site "A Terra é Redonda".

caso sanitário/saúde pública – até organizaram mobilizações para derrubar o governo nas ruas e sem obterem sucesso<sup>11</sup>, conseguiram somente ver o bolsonarismo ser “derrotado” através da via eleitoral que organizou uma coalizão que envolveu forças institucionais e atores da centro-direita.

Na visão do sociólogo Osvaldo Coggiola, em um texto<sup>12</sup>, comenta que a pior consequência das ditaduras foi o assassinato de dezenas de milhares de militantes e lideranças populares. De fato, é difícil pensar o que seria do país sem suas penas históricas; aliás, algo que, para pensar nosso presente, é sobretudo acusar o golpe que levamos à revelia dos fatos interpretados. O apagamento da memória é também parte da morte de muitos daqueles, pois foi possível realizar parte dos objetivos das ditaduras e de seus sustentadores externos. A estrutura econômico-financeira de nossos países (latino-americanos), herdada do período ditatorial, não foi alterada nas suas linhas essenciais – aliás se aprofundaram na exploração de grande parte da população; mesmo com a “redemocratização”, num contexto em que algumas das novas políticas sociais e a retirada de milhões de patamares de vida inferiores à pobreza absoluta, legou-nos aqui somente um resultado provisório. Provisório por-

que o perigo está sempre ao nosso redor. Está aí a atualidade do golpe e todas suas implicações.

Deste modo, é válido pensar também se não seria mais conveniente efetuar a potência crítica à práxis ao invés de insistir na ação de nossa falênciia “modernizante”? Doravante a má fé na burocracia, no Estado, nos partidos de “esquerda”, etc. seriam o meio de sobrevivência nos conflitos sociais postos e mediados, mas que hoje a sobrevivência se tornou o entrave da mediação postulada. As fraseologias sem conteúdo apresentam cada vez mais um horizonte inalcançável. Em resumo, se a crítica perdeu seu real espaço, porque foi substituída pelo engajamento profundo das análises políticas pautadas pela reabsorção do que há de mais podre na República: suas instituições (exatamente aquelas que “restaram”). É preciso compreender que a crítica e a memória não serão ressuscitadas, a menos que ela aguente a nova derrota.

Para a nossa geração, sem dúvidas, não basta a “ditadura nunca mais”. Ela está presente aguardando seu momento de entrar em cena quando lhe aprouver, porque seus fundamentos ainda se mantêm intactos e atuam na vida comum. A intensificação da exploração do trabalho

provocou resultados opostos entre os trabalhadores e a classe dirigente do país; e, assim, muito bem ajustou diversos padrões de vida, aclimatados às novas demandas do capitalismo hiper-tardiano. Ao mesmo tempo, as ideologias que gravitam – deslocadas, mas aplinadas em nosso solo tropical – repõe maneiras de solapar a quaisquer rupturas sociais de modo não reacionário, isto é, de pequenas tentativas de reformas de base (a exemplo da caduca reforma agrária) que possam se efetivar na periferia enquanto sonhos distantes de entrar no chamado primeiro mundo. Faz-se notório, por outro lado, que a reprodução das ideias “importadas” constitui parte fundamental da reprodução de capital, cuja subsunção formal e direta na divisão internacional do trabalho interfere no nosso modo de pensar e experienciar a vida social em nossa terra, em nosso subdesenvolvimento perene.

Os textos do dossiê, em seu conjunto, podem ser lidos nesta chave: antes de uma investigação com um engajamento abstrato da ação, é o próprio diagnóstico que se faz ação engajada na assimilação crítica entre a política e a cultura sob o jugo mercantil. A produção cultural sob a ditadura, nela e para além dela, revela cada qual em seu modo, a busca de uma compreensão

ativa no período. O dossiê é uma tentativa dos mais jovens que, sem termos passado por uma ditadura tout court fazer desta acusação do golpe um modo de agir no presente, ressignificando nosso futuro, sem obliterar o passado.

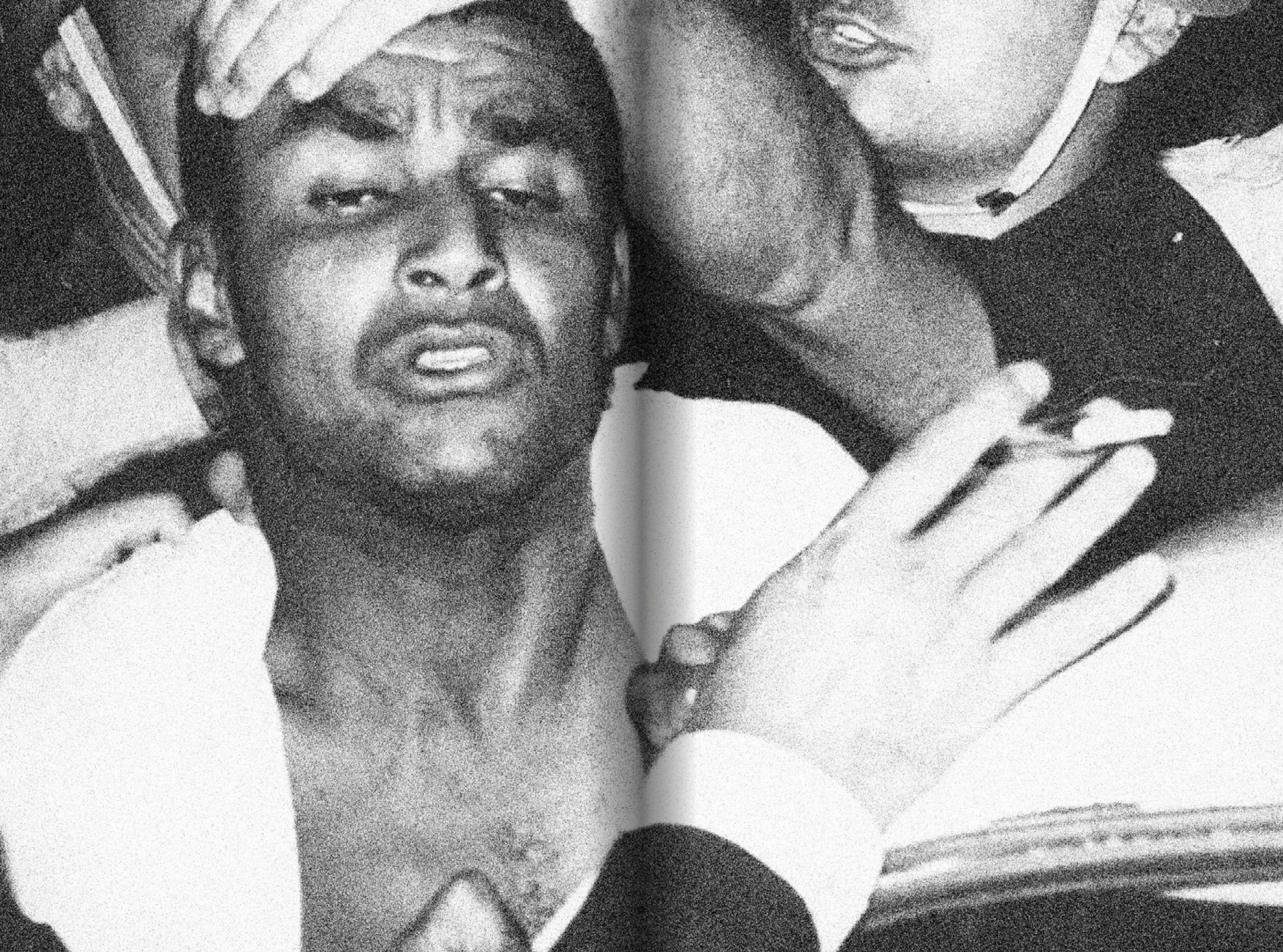
Este dossiê é composto por trabalhos que, se existe um nexo entre eles, é a capacidade de repensar o passado à luz do presente. Música, literatura, cinema, filosofia e cultura, todos elementos que tomam como norteadoras as perspectivas de jovens pesquisadores(as) e pensadores(as) de nossa geração. Portanto, nesse esforço coletivo de produzir um material que dialogue entre nós para além de nós mesmos nossa situação; o que nos coloca em rota de colisão com a paralisia de um reino dilettante do progressismo modernizante que não existe mais. Uma geração que cresceu sob um contexto de ilusões parciais se deparou com a desgraça reinante da miséria cultural, mas rica e viva em suas contradições. Contradições que marcam o novo e o velho num caminho direto para nossa própria subjetivação.

Por essas e outras, é preciso desconfiar das posições que afirmam a reconciliação com nosso passado na ditadura. Desconfiar da presença fantasmagórica. Desconfiar do falso humanismo que exi-

ge anistia. Desconfiar dos que não ouvem os ecos das vozes de ontem, dos mortos que ainda clamam justiça. Desconfiança integral – convencidos de que nem mesmo os mortos estão a salvo se os inimigos vencem. Para que lembremos, enfim, Karl Marx: “A crítica que se ocupa desse conteúdo é a crítica num combate corpo a corpo, e nele não importa se o adversário é nobre, bem-nascido, se é um adversário interessante – o que importa é atingi-lo”<sup>13</sup>.

<sup>13</sup>

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas de Marcelo Backers]; prefácio à terceira edição Alysson Leandro Mascaro]. - 3. ed. - São Paulo: Boitempo, 2013, p. 154.



**ZERO À ESQUERDA**